

REDACTOR PRINCIPAL
Alexandre Vieira
EDITOR
Joaquim Cardoso
 Propriedade da União Operária Nacional
 Oficinas de Impressão — R. da Anália, 194 —
 Formulário da lei que regula a liberdade de imprensa)
 Redacção e administração — Calçada do Combro, 34-A, 2.º
 End. telegr.: Faltaba — Lisboa — Telefones: 1

A crise política

Há um rol de dias já que a crise se vem arrastando aí assim no tablado da política portuguesa, anunciando-se sempre para o dia seguinte a sua definitiva solução. Mas os dias vão passando, falham os expedientes e as combinações e a crise continua por resolver.

Interessante, esta crise, como elemento de estado da psicologia dos nossos homens públicos. Curiosa como sintoma da orientação dos partidos de governo em Portugal.

Todos os dias o telegrafo nos dá conta do estado de excitação dos espiritos lá por fora. É a revolução russa que se estende pela Alemanha, Hungria, Gália, Croácia, Bósnia, invadindo o centro da Europa, ameaçando o ocidente numa onda avassaladora. Ruem os tronos, desmembram-se os Estados, despedaça-se uma organização social, impotente já para satisfazer a ânsia de justiça e de liberdade que em toda a parte se manifesta. Nos meios operários discutem-se, dum polo ao outro, os acontecimentos que a guerra veio desenrolar. E o proletariado prepara-se para ocupar na sociedade o lugar a que tem jus.

Entretanto a burguesia não fica de braços cruzados. Cõscia de que chegou a hora em que é preciso fazer concessões — amplas e profundas concessões — para não perder tudo, para não ser subvertida pela vaga que célere se aproxima, a burguesia inteligente dos países civilizados faz afirmações e toma mesmo a iniciativa de reformas que aqui há meia dúzia de anos seriam consideradas verdadeiras utopias revolucionárias.

Em Portugal dir-se-ia que o perigo não existe, que se não põe entre nós a questão social, com um carácter porventura bem mais grave que lá fora, tam grande é a preparação de todos nós, tam arrastada a nossa indústria, tam fraca a nossa capacidade produtiva. Dir-se-ia que não vivemos em plena Europa e em plena revolução tal é o ar despreocupado dos nossos políticos e a forma como eles se ocupam das questões públicas.

Há precisamente quinze dias que está declarada a crise. Quais os embaraços que tem surgido para a sua rápida solução? São porventura pontos de vista diferentes na orientação a dar aos negócios públicos? É uma questão de programa que divide os partidos? Há planos de organização política e económica que não é possível conciliar? Nada disso. Em Portugal ninguém se preocupa com semelhantes ninharias. É se a crise se mantém é porque os políticos não acordam entre si na maneira como hão de ser distribuídas aquelas doze almeçadas cadeiras ali do Terreiro do Paço. Cada partido reivindica para o maior número, as melhores, aquelas em que é possível servir um maior número de amigos e arregimentar mais votantes.

Há pastas particularmente ambicionadas, como a do interior, por exemplo, da qual depende a nomeação de autoridades administrativas e, conseqüentemente, a constituição do futuro parlamento. Depois, distribuídas as pastas pelos partidos, não acabam ainda as dissensões. Dentro do mesmo grupelho todos se sentem ministeriáveis. E a luta recomeça mais mesquinha, mais sordida, mais hipócrita, sob sorrisos e apêtos de mão que disfarçam calúnias, intrigas, rancores.

Não é a peleja nobre, dignificadora, de homens que se batem pela realização dum ideal. É antes a luta mesquinha de perros

Na linha de fogo Atitude revoltante

Na conferência socialista de Berne ultimamente realizada ficou assente que uma missão internacional composta de militantes sem afinidades bolchevistas iria à Rússia proceder a um inquérito imparcial à situação daquel país, em vista das opiniões desencontradas, umas pintando-a um paraíso, outras figurando-a um inferno.

Acertada ideia que, supuseram todos, devia ser bem acolhida pelos governos, visto apresentar-se a ocasião excepcional das algumas criaturas insuspeitas de agitações oficiais, e mandatárias dos operários, terem ensejo de confirmar os crimes, os erros e os desvarios que a imprensa burguesa vem relatando diariamente. Tam os operários saber pela própria boca dos seus mentores se era ou não exacto que aquillo da Rússia falhara e que o caos em que tudo se encontrava era a condenação formal do sistema bolchevista, o fracasso estrondoso do regime dos Soviets.

Pois bem, a República francesa, de acordo com o governo inglês, acaba de recusar a comissão de inquérito votada em Berne os passaportes para a Rússia. Porquê? Como explicar esta atitude? Que se passa então na República dos Soviets que o Entente não quer que se saiba no Ocidente?

Tão diz tudo: Isto é mais significativo, mais eloquente que todos os depoimentos favoráveis que sobre a Revolução nos estão chegando sem cessar. Temos, portanto, que concluir que é uma burla a versão oficial dos sucessos russos; que nos ocultam a verdade, e que a situação não é na Rússia tam má como nos querem fazer ver.

A França official está tomando nesta questão russa uma atitude revoltante. Perante um governo do povo — e um governo de facto como é o de Lenine — o governo francês não só se faz surdo às propostas de paz como não hesita em alisar-se criminosamente aos perniciosos elementos da reacção tsarista, deshonrando as tradições democráticas do grande povo francês.

O pavor que está despertando nos Estados da Europa a ameaça bolchevista, desorienta a tal ponto os espiritos, que há já quem ande a supér o front político único, a direcção única da politica internacional: Clemenceau suando a Foch. A terra nobre de França tornava-se já o ponto de concentração das reacções de todo o mundo, o campo de manobra do exercito negro das capitulações, burgueses e clericais contra o exercito vermelho do povo trabalhador. Moscovite libertador contra Paris reaccionário! Oh, inversão mabarral!

Esta atitude inqualificável da Entente se não é prontamente resgatada por um gesto altivo dos franceses, perde a França completamente no conceito do mundo operário. Contudo, apesar de tantas defeições, como em nenhum país as houve, esperamos muito da França, contemos sempre com ella. Temos na guerra pela França, desajamos ardentemente o seu triunfo, sofremos mesmo com isso, porque supomos sempre que ella encarnava no mundo o espirito revolucionário e que, esmagada pelo imperialismo alemão, as conquistas revolucionárias seriam esmagadas com ella.

Enganamo-nos? Não desesperemos todavia e aguardamos os factos com confiança.

Manuel Ribeiro
 famintos, que se degladiam pela posse dum osso, onde ainda obri-gam farrapos de febra.

E nós, que de longe presenciá-mos este degradante espectáculo, cada vez nos sentimos mais convencidos de que a burguesia portuguesa se acha absolutamente incapaz para a execução dum programa inteligente de reformas que a salve, como classe, do pé-tigo eminente a que está sujeita. E por isso que dia a dia sentimos mais presente a necessidade de nos prepararmos, como classe, para a realização prática dessa utopia, pela qual há tantos anos vimos pugnando e cuja viabilidade os acontecimentos destes últimos tempos vieram provar da maneira mais categorica.

A situação política

Corriam ontem na Arcada os mais variados boatos acerca da constituição do governo, citando-se o nome do dr. Júlio Martins, como o encarregado da missão de organizar gabinete, e tendo já bastante adeantados os seus trabalhos, ao passo que outros afirmavam que tendo encontrado dificuldades, de-elinar, e fora chamado a Belem o dr. José de Castro para o substituir nessa missão. O certo, porém, é que nem o dr. Júlio Martins encetara quaisquer diligências, nem o dr. José de Castro se avistara sequer com o presidente da República, embora, ao que se afirma, tenha havido a indicação do seu nome para tal fim. De positivo há apenas a reñição que os delegados dos partidos tiveram ontem do tarde novamente no ministério do interior e na qual, ao que parece, não se conseguiu uma solução definitiva. Tudo, porém, leva a supor que já hoje ficaremos com governo constituído.

O caso Jeronimo Martins & F.ºs

Escandalosa protecção a essa firma --- Necessidade de terminar com o Ministério das Subsistências, que deverá ser substituído por uma Direcção Geral, dependente do Ministério do Trabalho e de obstar ao obstruccionismo dos tribunais

Prometu a Batalha não fazer silêncio sobre o caso Jeronimo Martins. Temos seguido, desde o seu inicio, esse escandaloso caso — um dos muitos que quotidianamente se dão, mas que raro é virem a público. No desejo, pois, de novos informes trazermos aos camaradas que nos leem procuramos, mais uma vez, o sr. Júlio Gonzaga dos Anjos, inspector geral da fiscalização, pedindo-lhe novos pormenores sobre a apreensão de arroz a essa firma.

—Pois meu caro senhor — disse-nos o sr. Gonzaga dos Anjos — durante o período que decorreu após a nossa entrevista, desenrolaram-se novos e edificantes casos. Calcule v., que eu, a 19 de Março, enviei um officio ao juiz auditor do tribunal da 2.ª instância junto à Alfandega de Lisboa, pedindo a entrega do arroz apreendido. E sabe o que succedeu?

—O juiz veio fazer a entrega do arroz, mas o director geral das subsistências, sr. Pereira Coelho, nomeou seu delegado o sr. Marques Nogueira, chefe da secção de arroz e batata deste ministério e... estabelecido com uma merceria na rua Fernandes da Fonseca!

—Esse pormenor é realmente interessante...
 —Mas há mais. O sr. Nogueira, encontrando-me à saída do gabinete do director geral, disse-me que o arroz não vinha, ficando apreendido, mas no armazem do sr. Jeronimo Martins, constituído-se o sr. director geral seu fiel depositário...

—Mas isso é assombroso e edificante, demonstrando bem o auxilio que muitos acambradores encontram em certas regiões officiais.

—Evidentemente! E repare que a apreensão é absolutamente justificada, como se vê por esta factura, disse-nos o sr. Gonzaga dos Anjos, apresentando-nos a e segundo a qual a firma Jeronimo Martins vendeu ao sr. Joaquim Marques, de Sintra, 30 quilogramas de arroz ao preço de 54 centavos, o que soma escudados 16,20, representando isso uma infracção a tabela que marca ao arroz um preço não superior a 40 centavos o quillo!

eram na realidade edificantes os pormenores que nos forneceu o sr. Gonzaga dos Anjos, que mais uma vez nos affirmou o seu desejo firme de perseguir os grandes e pequenos acambradores, apesar da viva opposição que encontra em categorizados funcionários do Estado.

O que é o ministério das subsistências — Necessidade de uma reforma

Confiou-nos, depois, o inspector dos serviços de fiscalização, a sua opinião sobre a reforma que o ministério das abastecimentos require, dizendo:

—O aguilhão de todas as perturbações politicas da historia contemporanea reside no factor economico. O factor economico é o coeficiente primordial de todas as convulsões. Um país mal administrado é um país na miséria. Convença-se disto, meu amigo. Por maiores que sejam os artificios da politica; por mais espalhafatosos que sejam os programas partidários, isso em nada contribui para a realização de concordia, para a obra da paz e das prosperidades publicas. O ministério das subsistências, tal como está organizado, é, simplesmente, um cancro, uma vergonha. É o mais autêntico paradigma do parasitismo nacional, o mais genuino testemunho da nossa ineptia e da nossa inéuria. O seu avultado funcionalismo, recrutado sem escrúpulos entre chomeres e elementos perturbadores que convi-

Coisas nossas...

Um agente de policia esteve ontem à tarde nesta redacção convidando um qualquer empregado d'A Batalha a acompanhá-lo ao governo civil para prestar declarações. Lá se dirigiu um nosso companheiro de trabalho, surpreendido, como é de supor, com esse chamamento. Interrogou-o o sr. comandante da policia sobre a noticia que d'ramos a estampa, do festival promovido pela Federação da Construção Civil e ontem realizado, pergun-tando-lhe se para esse festival haviam sido pedidas as necessárias autorizações. A esta estranhável pergunta respondeu o nosso camarada nada saber, ajuntando também que não era A Batalha quem poderia ou deveria esclarecer as duvidas manifestadas pelo sr. comandante da policia. De facto, o nosso jornal, publicando as noticias que lhe são enviadas, nada tem que ver com quaisquer espectáculos que anuncie, e que são da exclusiva responsabilidade dos seus promotores.

E até é de estranhar que o sr. comandante da policia adoptasse uma tal attitude, pois decerto saberá que não é a redacção de um jornal que se veio

nha acamar, é constituído, em grande parte, por individuos incapazes, que nada produzem, servendo, inutilmente, uma verba considerável ao erário publico. Tal como está organizado é uma vergonha e um serveduro. Há uma caterva de repartições, uma engrenagem complicada, para engavetar pretendentes, para calar exigências. Inventam-se serões, onde se faz muita mandrince, em que nada se trabalha e confrange-me o coração assistir a tal desbarato dos dinheiros do Estado. Acrescente a isto as mil escuras negociatas e cambalinhos de vária ordem; some-lhe, ainda, as outras corrupções e subornos dos tribunais encarregados da sanção e julgamento dos autos de sua competência, e terá um quadro verdadeiramente pavoroso, profundamente lamentável.

—O governo que vibrar uma machadada neste aleijão prestará um grande serviço ao país. E está a dolorosa verdade que v. há-de dizer no seu jornal, com o desassombro com que eu ha digo aqui.

—E' um batueque de estomagos e não um corpo de funcionários. Diga lá isto aos seus leitores.

—Segundo a minha opinião, isto deve ser varrido de alto a baixo e deve ser refundido em novos moldes, em processos que nos honrem e dignifiquem. O Estado não é um azilo de desocupados e mandrões, não é hospício de incompetentes parasitas.

Uma Direcção Geral de Abastecimentos, dependente do ministério do trabalho, deve substituir o ministério das subsistências

—O ministério das subsistências deve ser substituído por uma Direcção Geral enquadrada no ministério do trabalho. Disso resultará uma economia verdadeiramente considerável. A sua frente deve ser collocada uma figura competente e enérgica. O seu pessoal deve ser reduzido e recrutado do maior escrupulo. Há aqui muitos funcionários, empregados noutros ministérios. Estes funcionários devem ser revocados à sua anterior situação ou optarem por um dos lugares, pois além de auferirem vencimentos que podem beneficiar noutros que nada possuem eles prejudicam gravemente o Estado, nada produzindo em ambas as partes. As acumulações são uma immoralidade. Quanto aos lugares de chefes de repartição e de secção, escolham-se de entre os funcionários que melhores provas tenham dado da sua competência e dedicação. Para completar esta obra de saneamento, obra urgente e necessária, é necessário também unificar a legislação reguladora deste instituto. Essa legislação é um caos tremendo, uma barafunda completa.

Impõe-se a necessidade de simplificar a acção dos tribunais

—E' necessário morigerar a acção dos tribunais e criar um recurso fácil e imediato para os seus desmandos e abusos. Sem isto nada feito, meu amigo. Sem isto ninguém conseguirá levantar, no conceito publico, a reputação desgraçada e a lenta desastrosa criada em volta deste ministério. Digo-lhe isto com o cheiro de tristeza. Digo-lhe isto comovidamente, com a franqueza e a lialdade de todos os meus actos, e creia que faço os mais ardentes votos para que as minhas palavras encontrem eco nalguma alma decidida que se resolva a pôr cobro a um estado de coisas que é a primeira vergonha de nós todos, sendo, como é, o mais completo ludíbrio de produtores e consumidores, de governantes e governados.

exigir responsabilidades pela festa de qualquer sociedade de recreio ou agremiação operária.

Mas não há razão para reparos da nossa parte, porque estamos... em Portugal.

O 1.º de Maio

A direcção da Associação de Classe dos Operários de Oeiras resolveu, entre outros assuntos, comemorar o dia 1.º de Maio com duas sessões de propaganda contra a carestia da vida, sendo a primeira em Pago de Arcos e a outra em Oeiras, no sindicato, ficando nomeada uma comissão para activar os trabalhos, composta dos camaradas António de Carvalho, Manuel de Almeida, António Raimundo Lima, António Martinho e Filipe Costa.

A comissão nomeada espera que todos os camaradas saibam cumprir com os seus deveres não faltando a estas duas sessões.

Regresso de França

Partiu já de Cherbourg, com destino a Lisboa, o vapor inglês *Helenus* trazendo cerca de 1.200 praças e officiais do C. E. P.

NOTAS & COMENTÁRIOS

Andaços

Depois da febre espanhola, a pneumónica. E agora, passada a pneumónica, uma moléstia de pele de que já meio mundo se queixa. Se queixa e se coça. Com muito sorte tem estado os médicos e boticários, aos quais esta successão de andaços tem proporcionado clientela abundante. E com pouca sorte aqueles a quem a doença vem agravar o já desequilibradíssimo orçamento. Porque de notar é que estas epidemias, tocando embora nos ricos, nos pobres é que principalmente se ce-yam. Há prai muitas opulentas personagens sem afazeres a quem a corrente afecção cutânea não attingiu; e bem podiam ser estes faustos desocupados os escolhidos pela moléstia. Não ficariam os pobres impedidos de entregar-se ás suas habituais occupaões; e teriam assim os ricos, para amenizar seus ocios, um bocado de sarna para se coçarem.

Ministério malgrá lui

Quando ontem recolhíamos a casa para jantar encontramos, a porta do dr. José de Castro, nada menos de dois gaitas, com todo o ar de quem indaga do paradeiro do illustre estadista. E a nós mesmo fomos perguntando para que procuraria a autoridade o dr. José de Castro. Meté-lo hiam na Penitenciária, como delinquentes politicos? Ou iriam antes sentá-lo num fauteuil de ministro, ali no Terreiro do Paço? Sim. Porque este sr. José de Castro, em épocas de crise ministerial difficil, é um infeliz, coitado.

Nunca nos há de esquecer aquella que lhe aconteceu por ocasião do «14 de Maio». Estava o pobre senhor no remanso do seu lar, disfrutando aquella paz de espirito que aos justos é dado gosar. Vai senão quando, o comité revolucionário, vendo-se atrapalhado para organizar um ministério em que ninguém se quere comprometer, resolve lançar mão do sr. José de Castro e manda-lhe a casa um emissário acompanhado de dois marinheiros. O illustre estadista diz terminantemente que não quere ser ministro; que está velho; que já não pode com semelhantes folias. E pede pelo amor de Deus que o deixem na doce paz do seu viver. Mas o emissário do comité a nada se move. E como o dr. José de Castro persista na sua resistência, prende-o, leva-o para o Arsenal de Marinha e ali o fazem ministro à força.

Pois ao chegarmos a redacção contá-nos um camarada que aquele notável homem publico havia sido encarragado de formar gabinete. Coitado! Se calhar levaram-no outra vez sob prisão.

Intervenção na Rússia

Não anda a França em guerra com a Rússia, pelo menos que officialmente se saiba. E sem embargo apparecem frequentemente nos jornais francezes comunicados militares respeitantes a combates entre francezes e russos. Causou o facto engulhos a alguns deputados socialistas francezes que na câmara interpellaram M. Richou sobre o assunto. Por modos não encontrou resposta o interpellado, mastigando justificações obscuras que a ninguém satisfizeram. O certo é que uma expedição militar foi enviada contra o governo socialista de Moscov. Ora é preciso acabar com isso o mais depressa possível — diz um jornal francès. Não há que fazer-se guerra à Rússia, por duas razões: primeiro, porque a Rússia é um colosso formidável que jámais alguém conseguirá vencer; segundo, porque não tem a democracia franceza o direito de tratar como inimiga a República Russa. A Rússia tem o direito de viver sob um governo socialista; tem o direito de dispor dela própria. Assim fala uma filha franceza, repetindo aliás aquelles precitos tantas vezes proclama-dos pelos governantes quando isso lhes convinha. Pois parece que agora lhes não convém. Tanto pior para elles talvez.

Um serviço de informação...

Tombam diariamente sobre a nossa banca de trabalho os telegramas que as agências de informação nos remetem. E são esses telegramas que nos damos a estampa, à mingua de melhor fonte informativa. Declara-se todavia que nem sempre poríamos as mãos no fogo a garantir a veracidade das noticias recebidas. Vem isto a propósito das communicações que a cada hora nos chegam ás mãos consignando esmagantes derrotas dos revolucionários russos. Andam em combate os russos, sabido é, e nem a gente logrou apreender ainda toda a elevação da causa que os anima. E quem combate dá e leva, diz o rião. Pois as notas das agências só derrotas bolchevistas registam. Os bolchevistas perdem hoje, perderam ontem, perderão amanhã, não havendo maneira de perceber a razão por que ainda hoje se agüentam no balanço, depois duma infundável série de derrotas que milagre é os não tenha de vez arrazado já. O sovietismo perde; mas a sua zona de influencia cada vez mais e mais se amplia; é esmagado a cada passo, mas das próprias cinzas renasce invariavelmente mais fecundo. E é pouco mais ou menos isto que os leitores devem entender, quando, na secção telegráfica, lhes falarmos nas esmagantes derrotas bolchevistas.

Pessoal dos Correios e Telégrafos

A assembleia magna ontem realizada deliberou reclamar melhoria de situação

Efectuou-se ontem, com grande concurrencia, a assembleia magna das camaras dos Correios e Telégrafos, sob a presidência de Santos Valente, secretario por Saúde Freire e Celestino Ribeiro.

A mesa leu mais de 100 telegramas de adesão de vários pontos do país, usando, em seguida, da palavra Matos Brás, que afirma a solidariedade da Escola Prática dos Correios e Telégrafos; Domingos da Silva, que historia os antecedentes da greve de 1 de Setembro de 1917, dizendo que hoje como ontem, apodam de politicos todos aqueles que, possuindo ideias anti-politicas, procuram trabalhar pelo bem estar economico da classe. Refere-se em termos vibrantes a Revolução Social encetada na Rússia e que vai predominando em toda a Europa, pedindo para que os telégrafo-postais cumpram o seu dever ante tal acontecimento.

Facha advoga a união da classe e o direito que lhe assiste de reclamar melhoria de vencimento em virtude da vida continuar mais cara que no periodo da guerra. Estigmatiza, em parte, a organização dos serviços o que bastante prejudica o publico, e diz que é necessário organizar-se uma comissão, indese para isso buscar as competências que existem nas diversas secções; Cassiano de Oliveira lê um extenso trabalho por elle elaborado em que estigmatiza acerbamente e com muita logica a irregularidade que se cometeu no afastamento dos directores de serviço. Após um estudo circunscrito em que se prevêem todas as anomalias juridicas da lei organica em que o governo se baseou para fazer o afastamento dos funcionários e a que regula os serviços, que também deixa muito a desejar, apresenta a moção seguinte:

«Considerando que as difficuldades da vida economica surgem cada vez maiores, apesar de ter terminado o grave conflicto europeu, que as originou; Considerando que a subvengão que lhe foi concedida em 1917 não está já de harmonia com o crescente aumento de preço dos principais generos alimenticios; Considerando que muitas outras classes produtoras tem reclamado, por igual motivo, o aumento dos seus salarios; Considerando que as reorganizações successivas dos serviços são deficientes, no sentido de satisfazerem por completo as aspirações das diferentes categorias do pessoal, tanto na parte respeitante aos seus interesses materiais, como nas disposições concernentes ao regular desempenho dos serviços a seu cargo, e

Tendo em attenção os seus ardentes desejos de poder facultar ao publico um serviço modelar, resolve: Autorizar as direcções das associações de classe a nomearem uma comissão composta dos doze elementos da corporação, para levar a effecto o estudo das reclamações do pessoal e ainda o do estabelecimento condigno dos serviços, devendo facultar-se que essa comissão possa agregar a si os elementos que julgar necessário para cabal desempenho do seu mandato.»

Falaram ainda os camaradas Alves Pereira, Machado e o delegado de Coimbra que friza à assembleia o facto de na estação de Coimbra haver um delegado do governo que exerce uma censura draconiana no «telégrafo» e ameaça demittir os empregados, tendo a assembleia protestado energicamente contra semelhante facto.

A sessão encerrou-se por entre vivas à união telégrafo-postal e à união e emancipação dos trabalhadores, tendo sido aberta, por iniciativa dos camaradas Marques Pimenta e Raul de Matos uma subscrição a favor de A Batalha, rendendo a quantia de 13,50, que uma numerosa comissão de telégrafo-postais veio entregar à nossa redacção, saudando ao mesmo tempo A Batalha pela denodada defesa que faz das classes proletarias.

Um comício em Almada

Os operários organizados do concelho de Almada, tendo já autorização para realizar um comício hoje no Castelo de Almada, fazem um apelo aos operários que trabalham no novo Arsenal para que estes abandonem o trabalho neste dia de descanso semanal com o fim de assistirem ao comício, que tem por fim protestar contra a desmedida ganancia de que tem sido vítima a classe trabalhadora por parte daqueles que nos vendem os generos indispensaveis à vida.

—A U. O. N. envia delegado a este comício.

Lêr depois de amanhã em «A BATALHA» a quarta entrevista com o sr. Ezequiel de Campos sobre a carestia da vida.

Congresso Socialista da Região do Sul

A Federação Municipal Socialista nomeou delegados ao Congresso Socialista da Região do Sul, que se realiza em Lisboa nos dias 1, 2 e 3 de Maio, os srs. dr. João de Castro, Custódio de Mendonça e António Maria Abrantes.

Contos de «A Batalha»

A EVASÃO

(EPISÓDIO GAUCHO)

I

Sobre a misérrima tarimba com que o Estado contribui para a existência dos afofados do presidio, acabava-se de voltar, pela centésima vez aquela noite, o jovem gaúcho Antenor, acusado de um delito insignificante, embora revestido de gravidade, porque o dono dos animais roubados era nada menos do que Dom Rufino Cardoso, o opulento fazendeiro cujas propriedades se estendiam ao sul do território neuquiano.

Um furto de três mulas—tal era a causa pela qual o pobre rapaz havia três anos que agonizava naquele casarão insalubre, que servia de cárcere na formosa região americana. Submetido a um regime primitivo de reclusão, no qual a mais leve infração dava origem a terríveis e desmedidos castigos, só um organismo vigoroso e privilegiado como o seu tinha podido resistir sem quebra à prova formidável. A ano por mulo, a conta saía-lhe trágica: saldada com juros mesmo no caso de estar certa a acusação, porque o Antenor sustentou sempre a sua inocência, mesmo nos instantes supremos em que, sob o martírio do ceppo e do jejum, se pretendeu obter dos seus lábios a confissão do delito.

E por que forma tão cruel, por que processos tão desumanos, pretendiam arrancar-lhe a confissão ansiada?

No princípio, foi o pessoal policesco que directamente actuou contra ele.

Estenderam-lhe redes, a tudo recorreram para o reduzir; para o levar a render-se desarmado ante a astúcia cheia de falsidade; depois, perante a ineficácia desse meio, ameaçaram-no com castigos espantosos, concebidos por imaginações dignas de ter figurado entre as forjadoras das torturas inquisitoriais.

Um dia, ante o martírio do sono, a sua energia esteve a ponto de ceder.

Minutos antes da hora de repouso, chamaram-no para declarações. O polica das Pampas deu à voz o mais persuasivo dos seus tons:

—Estás-te a prejudicar escusadamente, rapaz. Ouve o meu conselho e não te arrependers.

—Sou todo ouvidos—disse o Antenor, franco, sempre esperançado, com a vaga ilusão de encontrar uma alma boa entre tantas almas rasteiras que o rodeavam.

—Confessa a verdade. Diz que és tu o autor do roubo.

—Esta vez, o Antenor não se mostrou indignado e esta atitude fez crescer as desmedidas à pretensão do polica, que, antegostando o triunfo, ajuntou:

—Eu bem sabia que havias de ser razoável. Vou chamar testemunhas e confessarás diante delas e dos meus subordinados.

O Antenor teve então um gesto e disse:

—P'ra quê?

—Para te salvares, meu rapaz, de coisas piores. Verás. Ficarás em paz. Confessas, e depois, toca p'ra cama, com a consciência sossegada. Queres, não é verdade?

Os olhos iluminavam-se-lhe, ao velhaco do polica.

E o gácho:

—Para me salvar, quer-me enterrar! Com arames apanham-se passaros. A mim, não é com essas, entendeu?

E fitou-o com altivez.

—Com que então, teimas?

—Eu não sei mentir.

O tom do rapaz era tão digno, tão a alma lhe saía aquela afirmação, que só um ser cerebralmente deformado é que poderia não se sentir impressionado em favor da sua causa.

Terminou o diálogo, o polica exclamou:

—Terás que confessar à força. Vai-te deitar. Depois te chamam.

E no caminho para o calaboiço, murmurava-lhe quasi ao ouvido: —Não sabes mentir, mas roubar, sabes!

O Antenor fitou-o cara a cara. E pensava: «Tivesse eu aqui o meu punhal...»

II

Já no calaboiço, quis dormir. Por fim, por aquele dia, deixavam-no. Até amanhã, pois! E correu os olhos.

Pobre Antenor! Não contava com o hospedeiro. Quando ia a conciliar o sono, de novo sou, estridente e lúgubre a voz do carcereiro. «Que sucedia? Que é que havia para assim lhe interromperem o sono àquela hora? Lançou um rugido.

—A pé! Vamos! toca p'ra declarações!

«Declarações? Mas estavam malucos, ou quê? Pois não dissera já que nada tinha que confessar? —Não tenho nada que dizer.

—Pois vai lá com essas ao chefe!

—Ao chefe, e a você, e ao diabo!

—Anda p'ra frente!

—Vamos lá!

E outra vez, diante do chefe, a scena desesperadora. Outra vez a insinuação cobarde, mescla de ameaça, súplica e conselho; outra vez a voz do rapaz a sustentar a sua inocência, embora de forma menos violenta, menos galharda, pois que começavam a falhar-lhe as forças físicas; mas refazendo-se sempre, como que alentado por um espirito superior, que o amparasse nos seus momentos mais críticos.

E assim três, quatro, até seis vezes, isto é, até que o esgotamento de todas as energias o pôs em tão dolorosa e trágica situação que sentia tentações de se declarar culpado dum delito que não tinha praticado.

Outros, muitos, quasi todos os réus em situação análoga à do Antenor tinham sucumbido a esta prova terrível, a este «martírio do sono»—assim soube ele, depois de ter sofrido, que se chamava no presidio pampeiro, aquela infâmia monstruosa, graças à qual ainda hoje existem—oh! vergonha!—inúmeros desgraçados purgando penas injustas.

Mas ele, o Antenor, o jovem gaúcho deste episódio moderno, soube resistir com inteireza tal ao martírio que causou o assombro e a indignação dos seus verdugos.

Houve, porém, um instante em que quasi se rendeu perante a infernal armadilha, em que a sua energia esteve a ponto de claudicar.

E desse instante nunca ele havia de se poder esquecer, por mais anos que tivesse de viver ainda.

III

Esgotados os recursos policescos para obter do Antenor a confissão da sua culpa, passou o expediente do processo para as mãos do juiz de sentença.

É com os papéis já em poder do juiz, começaram a correr os dias, os meses e os anos no mais desesperado dos silêncios.

A razão por que não tinha tido solução o processo do Antenor fácil era sup'la, conhecendo-se o modo de pensar do dono das mulas roubadas. Este garantia que, enquanto não apparecesse outro, era o preso o autor do delito, e que, até haver notícias das mulas, alguém havia de pagar a ausência delas. E era de acordo com o peregrino critério do abastado proprietário que o juiz organizador do processo, não tendo à mão provas suficientes para condenar o Antenor, nem a independência necessária para o absolver por falta de provas, resolvera ir demorando o expediente, remetendo-se ao silêncio e esperando que o tempo, colaborador de todos os indecisos, viesse desta feita em seu auxilio.

O Antenor ignorava isto, como aliás tinha ignorado a maioria dos incidentes do processo. Só sabia que, para mal dos seus pecados, dado que existissem, tinha caído nas unhas da justiça pampeira, cujos dentes de fera insaciável o haviam de triturar, a não intervir uma circunstancia fortuita, alguma luz inesperada, que o guiasse, vi-

torioso, por alguma nova viela da sorte.

E o presentimento dessa luz tivera-o o Antenor na última tarde passada no calaboiço, desesperante, quando um dos seus companheiros de emargura lhe comunicara a acariiciadora noticia da projectada sublevação de presos, já em vias de immediata execução. Foi por isso que, sem o mais leve tremor na voz, dera a mais afirmativa das respostas quando lhe fizeram a sério o convite para a fuga.

E como no drama célebre, naquella «odisseia da Cruz», que elle conhecia por ouvir dizer, acrescentara de si para consigo a frase compendiadora de todas as energias da sua alma gaúcha: —Livres ou mortos!

(Conclui depois de amanhã)

Alberto Ghirardo

O autor deste trabalho, Alberto Ghirardo, é um nome muito conhecido no mundo das letras argentino e na internacional libertaria. Poeta, contista, escritor de teatro, sociólogo, tem dirigido vários jornais e revistas, entre os quais, por algum tempo, o diário anarquista *La Protesta*, de Buenos Aires.

O conto com que o apresentamos aos nossos leitores refere-se a scenas passadas no território de Neuquén, na vertente oriental dos Andes, a grande cordilheira que se separa a Argentina do Chile. O herói, Antenor, é um gaúcho, isto é, um desses campones das imensas pampas (charracas, estepes argentinas), que, como os cow-boys norte-americanos, são famosos cavaleiros, destros manejadores de laço e hábeis criadores de gado.

Os que roubam fora da lei

Foram enviados para junto João Maria Lourenço, José da Conceição, Adão Tavora, Antônio Marques e João Correia. Este residente na Candelária e os restantes nos Olivais, o primeiro é acusado de ter roubado, por si e seus filhos, acompanhados de João Franco e José Batista, que ainda não foram presos, no armazém pertencente a Antônio Alves & Irmão, na rua do Grilo, 16, onde levaram 53 euros no valor de 1.000.000, que foram vender nos restantes presos, os quais tinham perfeito conhecimento da proveniência dos euros.

Foi enviado para junto Carlos Rêgo, rua da Verónica, 11, 2.º, por se queixar contra o Sr. Rosalina de Jesus, e Silva e Albuquerque, 26, 2.º, de que em Julho do ano findo ter furtado objectos de ouro no valor de 120.000.

O agente Teixeira prendeu em flagrante delito Zorita da Conceição, com 10 prisiones por furto, na ocasião em que tentava furtar uma peça de fazenda do estabelecimento de José Ribeiro, na rua dos Figueiredos.

LNAU MASC ARAUJO

Enfermeiro e massagista. Vai aos domicílios. Carta à redacção deste jornal.

Alimentados em todas as tratamentos aos obrigados de A Batalha.

NO MUNDO OFICIAL

INSTRUÇÃO

Foram conferidos à comissão revisora dos programas de instrução secundária os poderes por ela solicitados para propor as alterações que julgar convenientes no quadro de disciplinas estabelecido pelo decreto n.º 4.050 que reorganiza o ensino secundário.

O sr. Anjos Beja foi exonerado de inspector interino do ensino de Manguel de substituído pelo professor de Cunha de Baixo, sr. Augusto Cabral Trindade, que também exerceu interinamente as funções. O sr. José da Silva, inspector em Vila Rica, foi transferido para o ensino de Cabelas de Baixo e substituído pelo professor da escola anexa à Normal de Lisboa, sr. Joaquim Rodrigues Neves. Foram nomeados inspectores para as escolas da Bahia, o professor das escolas de Lisboa sr. José Dias Carvalho, o interino do ensino de Chaves, o professor de Vila Rica sr. José Teófilo Alves de Moura.

O dr. sr. João Baptista da Silva Guimarães foi encarregado de proceder a um inquérito aos actos de todos os professores e empregados dos liceus de Vila Rica, Bragança e Chaves.

Foi transferido da escola 65 para a 55, da Lisboa, sr. professor sr. Antônio Bernardo Pinto da Silva.

COMÉRCIO

A comissão administrativa do município do Centenario solicitou ao ministro do comércio a anulação de um decreto para processo de expropriação do prolongamento da avenida daquela villa à estação do caminho de ferro e a concessão dum subsídio de 5.000.000 de escudos para os trabalhos a effectuar na mesma avenida, a fim de acudir a crise por que atravessam as classes trabalhadoras daquele concelho.

O sr. governador civil de Viana do Castelo solicitou do mesmo ministro um subsídio para se levar a effecto o prolongamento da estrada districtal n.º 1, de Coimbra a Meiga, ligando os concelhos de Arcos de Valdevez e de Paredes da Coura.

FINANÇAS

A officialidade da guarda fiscal, com o respectivo comandante, foi ontem agradecer ao ministro das finanças a melhoria de situação concedida à mesma guarda e ao mesmo tempo manifestar-lhe o seu profundo pesar por constar que deixaria aquela pasta.

TRABALHO

O sr. Aristides Saravia de Andrade foi nomeado para proceder a uma rigorosa sindicância dos serviços dependentes da direcção do hospital dos Expostos e Recolhimento das Órfãs da Misericórdia de Lisboa.

MARINHA

Foi nomeada uma comissão composta dos capitães de mar e guerra Francisco Albal Oliver e Benjamin Pires Curado e dos alcaides João Eduardo Loforte e Lourenço José Monteiro, como representantes, respectivamente, dos proprietários dos circuitos americanos do porto e dos pescadores da costa de Caparica, para estudar as medidas que devem ser tomadas no decreto que estabelece os limites da pesca por meio de cercos semelhantes na costa de Caparica.

Segue para Viana do Castelo, a fim de substituir a canhoneira «Limpopo», a canhoneira «Beira».

BOLETIM DO TEMPO

Quinta-feira, 30 de Março

Temperatura às 9 horas—Guarda, 4,1; Serra da Estrela, 0,5; Coimbra, 10,1; Lisboa, 12,3; Évora, 8,9; Madrid, 1,0.

Ventos—Guarda, NNW; Serra da Estrela, NW; Coimbra, NNW; Lisboa, NNW; Évora, N. Estado do mar—Lisboa, pequena vaga.

Estado geral do tempo—No continente a pressão atmosférica aumentou de 1, a 3,0 mm, com pequenas alterações de temperatura e ventos fracos e moderados no quadrante NW.

Não vieram os boletins das ilhas. Sobre a península patram altas pressões.

Temperatura em 28—Máxima, 15; mínima, 9. Tempo previsto em 30—Vento moderado do quadrante NW; céu nublado.

OLYMPIA

Rendez-vous Elegante

HOJE desde a 1,30 da tarde matinee e soiree — Penultima exhibição da opera cinematografica em 5 actos

TOSCA genial criação de Francesco Cerutti com musica escrita expressamente por J. José Bonet

No programa: o Tio Xavier 3 actos sobre o Juiz por Mamarracho, cidades belgas, etc.

A exhibição da Tosca tem lugar na matinee, ás 2 horas e ás 4,30. Na soiree, ás 9,30 da noite.

Preços para os espectáculos da «Tosca»

Matinée Platea 400 Balcão 700

Soirées Platea..... 500 Balcão promenoir. 700 Balcão..... 1000

TEATROS & CINEMAS

PRIMEIRAS

SETE-ESTRELO, peça em 3 actos no Teatro Eden.

A opereta dos srs. Arnaldo Leite e Carvalho Barbosa, ante-ontem estreada no Eden, foi bastante aplaudida, apesar dos seus múltiplos defeitos. E' uma peça bastante movimentada, vistosa, posta com certo brilho, mas monótona pela repetição dos mesmos motivos em três consecutivos actos.

Uma senhora casada tem um amante. Este, ao cabo de algum tempo, cansa-se daquela vida, e, como é solteiro, pretende fixar a sua situação, contraindo matrimónio com uma menina das suas relações. Pois a pobre senhora leva uma noite inteira lavada em lágrimas, repandendo as suas desditas numa cega rede de ciúmes que é de pôr os cabelos em pé a quem a escuta.

A musica, do maestro Manuel de Figueiredo, agradou bastante e contribuiu em grande parte para salvar a peça, que é fraguinha.

O desempenho muito regular.

José Ricardo faz um bom centro cómico. Trás uma engraçada caracterização, propositadamente parecida com um dos mais bonitos chefes políticos da actualidade. Alice Pancada e Maria Abranches deram relevo aos seus papeis e foram muito applaudidas.

RECLAMOS

Atá agora, «Sua Magestade», a encantadora comédia em 3 actos, com tantas representações como enantes, e promete assim continuar, em vista do agrado que está conquistando. «Sua Magestade» é peça que possui o condão de satisfazer os mais exigentes, pelo delicado entredo e aparato da apresentação, além do primoroso desempenho. Hoje, que se repete, terá o Avenido, de novo, larga concorrência.

—Hoje mais uma representação da opereta «O Amor Perfeito», que tem obtido o maior e mais extraordinário êxito. O Politeama que sempre conta com o êxito de cada vez maior, visto que a peça é interessantíssima, a musica deliciosa e o desempenho admirável.

—Todos os quadros da curiosa peça de viagens «Os Piratas» são interessantíssimos. Mas os que sempre provocam mais aplausos são aqueles em que se assiste o cortejo do Rajah; o de embalo em murete, o incêndio da floresta, etc. Por esta simples amostra pode supor-se o que tem de vistoso a peça, que possui também um entredo cheio de interesse.

—Estando quasi restabelecida a actriz Amélia Pereira, que se estreia no Nacional, em «As Bodas de Prata», está fixada para amanhã, em 4.ª noite de assinatura, a primeira dessa peça, em que desempenha os principais papeis, além da artista já conhecida, Adolpho Abranches, Inácio Peixoto e Albertina de Oliveira.

—Não mais tornará a repetir-se, no Nacional, a popularíssima peça «Amor de Perdido», sendo por isso, hoje, o derradeiro domingo em que vai a scena. E nada mais preciso dizer-se, por que a peça é de tanta beleza e de tanta elegancia.

—E' hoje o primeiro domingo em que se representa no Eden a linda opereta portuguesa «Sete Estrelas». Não faltará, portanto, concorrência ao lado de tanto, visto que a peça obteve o mais autêntico e unânime agrado.

CARTAZ DO DIA

NACIONAL—A's 21—Despedida da popular peça—«Amor de Perdido».

S. LUIS—A's 13—Concerto Bianchi—A's 21—A Emboscada.

TRINDADE—A's 21—«Os Piratas», peça de viagens.

GINÁSIO—A's 21,15—«O Príncipe da Coochichina», comédia.

AVENIDA—A's 20,45—«Sua Magestade».

APOLLO—A's 21—«A princesa Magalona», revista.

POLITEAMA—A's 13—Concerto Viana da Mota—A's 21—«O Amor Perfeito», opereta.

IDEN—A's 20,30—«Sete Estrelas», opereta.

POZ—Animatógrafo e variedades.

OLYMPIA—Animatógrafo e concerto.

CINEMA CONDES—Animatógrafo e concerto.

SALAO DA TRINDADE—Variedades e animatógrafo.

CHADO TERRASSE—Animatógrafo e concerto.

CHATEAU—Animatógrafo e fta. faladas.

ANJOS—A's 20,30—A's quintas, sábados e domingos—«Revista sem compêns, e animat. gráfico.

Busca e apreensão

Ontem à noite foi assaltada a fábrica de cortiça na rua Fernando Pallas, pertencente ao sr. Antônio Pais, onde furtaram roupas e dinheiro no valor de 800.00.

CAMBIOS

Cheque sobre Londres . . . 33 5/8 33 1/2 30 div 34

Cheque sobre Paris 256 265

« Suíça 305 315

« Bélgica 250 260

« Itália 290 290

« Alemanha 610 620

« Holanda 305 315

« Madrid 18506 18555

« New York 13 1/4

« Madrid sobre Londres 22 3/4

« Paris sobre Londres 27 1/2

« Libras 85 1/2 85 3/4

« Agio do ouro 80 0/0 80 0/5

O verdadeiro Depurativo

Dias Amado

Todos os doentes que sofrem de sífilis, reumatismo, eczemas, laringites ulcerosas, placas sífilíticas na boca e garganta, escrófulas, linfatismo, doenças de estômago, dos olhos e todas as provenientes do sangue impuro, curam-se radicalmente com este maravilhoso preparado.

Não confundir—O único depósito em Lisboa do verdadeiro Depurativo Dias Amado é na Farmácia Ultramarina, rua de S. Paulo, 99, 101. Em frente do Elevador da Bica.

Preço: 1 frasco, 1.5200 réis; 6 frascos, 6.5500. Depurativo de força dupla: 1 frasco, 1.6600 réis; 6 frascos, 9.5000.

Pelo correio, cada série de 6 frascos, 6.00 réis. Frascos vazios compram-se a 40 réis cada.

AMANHÃ Segunda-feira, ás 2 da noite

GRANDIOSA SOIRÉE DE GALA dedicada à colónia italiana, com a assistência do II.º Ministro de Itália, Corpo Diplomático e elementos oficiais.

DESPEIDADA Em última representação

TOSCA

Terça-feira—ESTREIA Os olhos vendados

Magistral criação de René Gessé, o protagonista de JEDX

Recaptura dum preso

Foi preso na estação do Rocio o soldado n.º 478, da 2.ª companhia de infantaria 5, Avellino Alves Machado, do 26.º ano, solteiro, por ser um dos furtivos da torre de São João da Barra, onde foi preso a seguir, por roubo, e depois, pena de decesso pelo crime de morte dum capitão.

Assaltado na rua

Queixou-se à polícia Manuel FONSECA, Estrada de Sacavém, 404, de que, quando passava na rua do Curpa, quatro indivíduos lhe taparam os olhos com um lenço e depois de lhe darem a cheirar um líquido que lhe fez perder os sentidos, furtaram-lhe a carteira com 350.00 e oito libras em ouro.

Pedras para isqueiro

A verdadeira pedra metal AUER encontra-se à venda na HAVANEZA do Conde Barão, Largo do Conde Barão, 55. (Defronte do Kiosque). Todos os operários se devem habilitar nesta feliz casa para a próxima loteria. Também ha numeros certos.

Casa do Isqueiro

à porta

OS QUE MORREM

FALLECIMENTOS

Faleceram ontem e sepultam-se hoje as seguintes pessoas: José Joaquim Janeiro e Veríssimo da Silva, ás 15, saindo o funeral do hospital de S. José; menino Antônio dos Santos Melo, ás 15 e meia, do hospital da Estofaria; D. Francisco de Moraes Botelho, ás 12, da rua Ferreira Borges, 73; D. Carlota de Almeida Beirão, ás 11, da rua Luciano Cordeiro, 10; Guilherme Cesar Neves, ás 16, do hospital de S. José; Domingos Florêncio Dias, ás 16, do mesmo hospital; D. Maria de Arrábida Guerra Morahan, ás 12, da rua dos Douradores; 7; D. Augusta da Costa Lopes, ás 14, da rua Francisco Sanchez, A. M.; Manuel da Silva, ás 11, da igreja do Coração de Jesus, Francisco Beza Gonçalves, ás 15,30, da calçada de S. João Nepomuceno, 45, para o cemitério ocidental; Gilberto dos Santos Marques, ás 14, do largo do Tábulo, 8, para o cemitério oriental; Rosalina Mariano Pinto Moreira, do largo dos Mártires da Patria, 185, ás 15, para a estação do Rocio, donde segue para Santo Tirso; D. Virgínia Domingues Pinto dos Santos, ás 15, da rua Tomaz da Anunciação, 169, para o cemitério ocidental.

—Na Amadora faleceram ontem o sr. José Nunes da Silva Afonso, empregado da Companhia do Crédito Predial. O funeral realiza-se amanhã, ás 14 horas, para o cemitério de Benfica.

—Com a idade de 90 anos faleceram ontem o antigo operário pedreiro Francisco Rodrigues Mantas, pai do companheiro Nemesiano Rodrigues, devendo o seu funeral realizar-se hoje, pelas 14 horas, saindo da travessa da Cruz, nos Ajos, para o cemitério do Alto de S. João.

Realiza-se hoje, ás 15 horas, o funeral do operário do manicómio Bombarda, sr. Manuel Vidas, que como noticiamos, faleceu no Campo Grande. O funeral sairá da Morgue para o cemitério oriental.

A consolação que angariar donativos para ocorrer às despesas com o funeral do camarada Manuel Vidas, convida os operários do novo manicómio de Lisboa, bem assim os sócios do sindicato dos pedreiros, a acompanharem à última morada e cadáver daquele camarada, cujo funeral se realiza hoje, pelas 15 horas, saindo o cortejo do necrotério.

—Realizam-se hoje os seguintes funerais: ás 15 horas, do largo dos Loios, 8, de D. Maria Delina Tavares Mathews; do hospital de S. José, ás 15 horas, de Tomás Ribeiro, pedreiro, que foi agredido, ferido, quando desembarcou do vapor de Casilhas.

Cadáveres inanimados ante-ontem no cemitério dos Prazeres: Bernardino Pereira da Memória, 2 meses; José Augusto Leiras, 55 anos; Maria do Rosário Pereira, 82 anos.

OBITUÁRIO

Realiza-se hoje, ás 15 horas, o funeral do operário do

RICOS

BEMEDIADOS
POBRES

Não se esqueçam que ali na

TRAVERSA DE S. DOMINGOS, 26 E 28

está em liquidação um completo sortido de calçado para homens, senhoras e crianças.

Sociedades Cooperativas

Estatutos da Cooperativa de
Crédito e Consumo do Pes-
soal do Município de Lisboa
(Escritura de 30 de Setembro de 1918)CAPÍTULO I
Denominação, organização e fins

Artigo 1.º E' constituída em Lisboa, com sede na mesma cidade, uma cooperativa de crédito e consumo denominada, Cooperativa de Crédito e Consumo do Pessoal do Município de Lisboa, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada.

Art. 2.º Esta cooperativa é organizada pelo pessoal de todas as categorias da Câmara Municipal de Lisboa e sendo os seus fins:

1.º Fornecer gêneros alimentícios em especial, mobiliários e adornos que em geral constituam o que seja útil e vantajoso para os associados.

2.º Conceder e facilitar crédito em bases sólidas aos associados, e, quando com juro, o empréstimo será onerado o mais resumidamente possível.

O juro nunca poderá exceder além da unidade de 5 por cento, afóra o prêmio de risco de morte.

3.º Efectivar, dentro da acção legal e económica, a possibilidade de adquirir bens imobiliários tendentes ao seu desenvolvimento.

4.º Dar efectivação a todas as modalidades que dentro do carácter cooperativista possam caber.

Art. 3.º Para consequimento dos fins transactos, a cooperativa lançará mão, segundo o seu estado económico e financeiro, de todos os meios legais que julgar conveniente.

Art. 4.º Para a execução do estabelecido nos §§ 2.º, 3.º e 4.º do artigo 2.º, ou ainda em casos extraordinários considerados de alta importância, convocar-se-á, a título de consulta e deliberação imediata, a assembleia geral, para resolução do assunto.

CAPÍTULO II

Dos sócios

Art. 4.º Podem ser sócios: Todo o pessoal de ambos os sexos em effectividade nos serviços municipais, maiores de 18 anos, seja qual for a sua categoria.

Art. 5.º Quanto ao pessoal adventício ou extraordinário gozará da regalia concedida no artigo antecedente, quando tenha um ano de exercício no Município de Lisboa.

Art. 6.º A qualidade de sócio é intransmissível.

Art. 7.º As propostas de candidato serão feitas por qualquer sócio no pleno gozo dos seus direitos, o qual confirmará que o proposto faz parte do pessoal do município de Lisboa e se está ou não dentro do estabelecido no § único do artigo 4.º

Art. 8.º Além do estabelecido no artigo anterior, a proposta mencionará nome, idade, estado, naturalidade, profissão do candidato e declarará se sabe ler e escrever e se já foi sócio desta Cooperativa.

Art. 9.º As propostas que sejam rejeitadas, na reunião da direcção, cabe ao seu proponente recurso para a assembleia geral.

Art. 10.º Das resoluções da assembleia geral não há recurso.

CAPÍTULO III

Deveres e regalias dos sócios

Art. 8.º O sócio tem por dever, no acto da sua inscrição, contribuir antecipadamente com a quantia de 1.º por cento da liberação de cada acção que subscrive.

Art. 9.º A acção ou acções com que o sócio se subscrive serão integralmente pagas ou liberadas nas quarenta semanas seguintes à inscrição.

Art. 10.º E' facultado ao sócio liberar a sua acção ou acções antes do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 11.º Nenhum sócio poderá possuir acções de valor inferior a 50 e superior a 500.

Art. 12.º E' dever do sócio, além do exposto nos artigos anteriores, contribuir com 50 para a caderneta de consumo e exemplar dos estatutos.

Art. 13.º A caderneta conterá a fotografia do sócio, a qual será por ele fornecida.

Art. 14.º A responsabilidade do sócio é limitada à importância do número de acções que se subscrive ainda que essa importância não esteja integralmente paga (artigo 215.º do Código Commercial).

Art. 15.º Os sócios têm ainda o dever de exercer gratuitamente os cargos para que forem eleitos.

Art. 16.º A ausência ou abandono temporário de qualquer cargo dos corpos gerentes serão regulados pelo disposto no § 2.º do artigo 172.º e § 1.º do artigo 165.º do Código Commercial.

Art. 17.º O associado tem por dever respeitar os presentes estatutos e regulamento interno elaborados e aprovados por assembleia geral e respeitar os corpos gerentes, usar com a máxima urbanidade dentro da sede associativa e suas sucursais e concorrer para o máximo desenvolvimento da sociedade.

Art. 18.º O sócio tem direito a fornecer-se de todos os gêneros em artigos

que a Cooperativa adquira para efectuar operações com os associados.

Art. 15.º O associado tem a facultade de lhe ser fornecido a crédito 60 por cento das acções que tiver liberado.

Art. 16.º O crédito do sócio é fiscalizado pela direcção que só o concederá quando o estado económico da Cooperativa lhe permita estabelecê-lo.

Art. 17.º Todos os outros fins que a Cooperativa tem preestabelecidos nos seus estatutos, quando em vigor disposições regulamentares, estabelecerão a forma de os effectuar.

CAPÍTULO IV

Capital social

Art. 18.º O capital social é o produto das acções do valor de 50 e liberadas. § único. O mínimo do capital social corresponde a 1000 representado por vinte acções liberadas.

Art. 19.º Aos lucros líquidos resultantes de todas as operações realizadas pela sociedade dar-se-ão as seguintes aplicações:

1.º 10 por cento a fundo de reserva até que este atinja 50 por cento do capital realizado;

2.º 40 por cento a um fundo de amortização a acções liberadas, conforme o estabelecido no artigo 21.º;

3.º 30 por cento serão consignados ao § 2.º do artigo 2.º;

4.º 10 por cento a depreciações de móveis, utensílios e instalações;

5.º 10 por cento terá a aplicação que a assembleia geral designar.

Art. 20.º O capital realizado por meio de acções, a que se refere o artigo 18.º, será reembolsável por meio de sorteios que se realizarão anualmente na primeira assembleia geral, a partir do sexto ano da fundação da Cooperativa.

Art. 21.º O número de acções para sorteio será computado em conformidade com o fundo consignado a este fim, não podendo, no entanto, exceder a trezentas anualmente, atingindo somente aquelas que se encontram liberadas à data do encerramento de contas da gerência finda.

Art. 22.º Além do estipulado neste artigo, não poderão entrar no sorteio as acções que estejam endossadas ao crédito.

Art. 23.º Por falecimento do associado, aos seus herdeiros ou legatários far-se-á a liquidação sem prejuízo do estabelecido no artigo anterior.

Art. 24.º Fica preestabelecido que nenhum capital será liquidado a qualquer sócio, sem que se tenha procedido à primeira amortização, conforme o artigo 20.º

Art. 25.º Quando qualquer sócio solicitar a liquidação do seu capital, poderá este ser-lhe restituído independentemente do sorteio, com o desconto de 5 por cento, que será consignado ao fundo de reserva.

Art. 26.º A liquidação de que trata este artigo não poderá ser feita sem que decorra o período estabelecido no artigo 20.º

Art. 27.º A excepção feita no artigo anterior só será concedida atendendo ao estado financeiro da sociedade, ficando dependente o prazo da restituição da liberação da direcção, que não poderá ser em igualdade de circunstâncias a mais de dez acções por ano.

Art. 28.º Qualquer pedido de liquidação superior a uma acção só poderá ser restituído por circunstâncias excepcionais devidamente comprovadas, incluindo nesta amortização o estabelecido no artigo anterior.

Art. 29.º Quando a amortização atinja o número máximo de acções, a que se refere o artigo 21.º, serão contadas para essas acções todas aquelas que antecipadamente tenham sido liquidadas.

Art. 30.º O facto de haverem sido amortizadas por meio de sorteio as acções não inibe o sócio de continuar no gozo dos seus direitos adquiridos.

Art. 31.º Exceptuam-se do estipulado neste artigo os sócios que tenham solicitado a antecipação da liquidação do seu capital.

Art. 32.º Dada a hipótese da sociedade de ter amortizado todas as acções, a participação do capital colectivo fica sendo de propriedade dos sócios proporcionalmente ao número de acções que possuem com o carimbo de Amortizadas.

CAPÍTULO V

Organização administrativa

Art. 30.º A administração da Cooperativa é exercida pela assembleia geral, direcção, conselho fiscal e comissão de compras.

CAPÍTULO VI

Corpos gerentes

Assembleia geral

Art. 31.º A assembleia geral é a reunião dos sócios que estejam no pleno gozo dos seus direitos e que tenham pelo menos uma acção amortizada.

Art. 32.º A mesa da assembleia geral compõe-se de um presidente, dois secretários, um vice-presidente e dois vice-secretários.

Art. 33.º A assembleia geral considera-se legalmente constituída depois do presente, pelo menos, 40 por cento do capital subscrito.

Art. 34.º Quando se não reúna com o capital exigido, a assembleia deliberará na segunda convocação passado quinze dias com qualquer número de sócios, excepto nos casos de liquidação ou dissolução ou ainda com nomeação de liquidatários, em que a assembleia só poderá reunir-se com a maioria dos

Art. 35.º Quando a reunião for convocada nos termos do artigo 37.º, é indispensável que o número de sócios presentes esteja, pelo menos, metade dos sinatários do pedido de convocação, ficando nulo e sem nenhum efeito o mesmo pedido em caso contrário.

Art. 36.º Em nenhum caso o sócio se poderá fazer representar por outro nas assembleias gerais para efeito da votação.

Art. 37.º Nenhum sócio poderá ter mais de um voto mesmo que possua mais de uma acção.

Art. 38.º A assembleia geral reúne ordinariamente e extraordinariamente no dia para que for convocada pelo seu presidente.

Art. 39.º As assembleias gerais ordinárias realizar-se-ão duas vezes em cada ano, uma no primeiro trimestre para apresentação do relatório de contas do ano findo e outra na primeira quinzena de Dezembro para a eleição dos corpos administrativos que devam entrar em exercício no ano seguinte.

Art. 40.º As assembleias gerais extraordinárias effectuar-se-ão: 1.º A pedido da direcção ou do conselho fiscal.

2.º A pedido motivado de sócios dirigido ao presidente e que representem pelo menos vinte e cinco sócios no pleno gozo dos seus direitos.

3.º Sempre que o presidente o julgar conveniente.

Art. 41.º A convocação para as reuniões será feita por meio de anúncios publicados em dois jornais (pelo menos) dos mais lidos da capital e ainda por aviso colado na sede social.

Art. 42.º As deliberações são tomadas por maioria de votos.

Art. 43.º A assembleia geral deliberará sobre assuntos para que for convocada.

Art. 44.º Quando a assembleia tenha de resolver sobre alteração dos estatutos ou regulamentos, devem ser, quinze dias antes, pelo menos da realização da assembleia geral, distribuídos aos sócios com o parecer escrito, pelos corpos gerentes reunidos.

Art. 45.º As deliberações contrárias a esta lei ou a lei geral são nulas.

Art. 46.º Compete à assembleia geral: 1.º Discutir, votar ou modificar os relatórios da gerência e parecer do conselho fiscal.

2.º Eleger os corpos gerentes e seus suplentes para os cargos da cooperativa.

3.º Alterar os estatutos em caso extremo, resolver definitivamente qualquer dúvida sobre a sua interpretação e resolver reclamações do conselho fiscal.

4.º Resolver reclamações contra o conselho fiscal.

5.º Revogar os mandatos dos membros da administração quando se verificar irregularidade independente do julgamento criminal.

6.º Aplicar a pena de expulsão aos sócios, quando o julgar conveniente, devendo ter em atenção o exposto no artigo 54.º § 1.º

7.º A assembleia geral é sempre competente para intervir, tratar e resolver todos os assuntos da cooperativa, não contrariando o presente estatuto e legislação em vigor.

Art. 47.º Compete ao presidente: 1.º Convocar a assembleia e dar posse aos novos eleitos.

2.º Corresponder-se com quaisquer entidades sobre assuntos que não sejam da competência da direcção ou do conselho fiscal.

3.º Assinar as actas e convocar as reuniões dos corpos gerentes.

4.º Representar a Cooperativa em todos os actos dos congressos de carácter económico para a qual não haja sido eleito delegado especial.

Art. 48.º No regulamento interno se especificarão as atribuições dos respectivos secretários.

Art. 49.º A direcção é composta de dez membros sendo sócios no pleno gozo dos seus direitos, sendo um presidente, um tesoureiro, um vice-tesoureiro, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo vogais e três suplentes, que desempenharão gratuitamente as suas funções.

Art. 50.º A direcção constitui o poder executivo da Cooperativa, incumbindo-lhe a administração dos seus fundos conforme o estatuto e resoluções legais da assembleia geral, respondendo pessoal e solidariamente por todas as operações effectuadas alheias aos fins da Cooperativa, aos poderes do seu mandato ou às decisões da mesma assembleia.

Art. 51.º A responsabilidade da direcção cessa seis meses depois da aprovação pela assembleia geral, do balanço de contas da gerência, salvo em caso de omissão ou indicações falsas com o fim de dissimular a situação da Cooperativa.

Art. 52.º Na primeira reunião que se realizar na primeira semana de Janeiro, os membros efectivos da administração deverão logo tomar conta dos haveres e pertences da Cooperativa.

Art. 53.º A direcção compete: 1.º Fazer no dia fixado na primeira semana de Janeiro a entrega da gerência;

2.º Fazer-se representar nas assembleias gerais pelo menos por um dos seus membros.

Art. 54.º No regulamento interno se constará todas as atribuições que competem à direcção.

Art. 55.º Compete ao presidente: 1.º Promover a convocação do conselho fiscal e convocar a direcção para as reuniões extraordinárias;

2.º Assinar os títulos nominativos.

Art. 56.º Ao secretário compete: 1.º Fazer todo o expediente da direcção;

2.º Lavrar as actas e assiná-las.

bleas gerais pelo menos por um dos seus membros.

Art. 57.º No regulamento interno se constará todas as atribuições que competem à direcção.

Art. 58.º Compete ao presidente: 1.º Promover a convocação do conselho fiscal e convocar a direcção para as reuniões extraordinárias;

2.º Assinar os títulos nominativos.

Art. 59.º Ao secretário compete: 1.º Fazer todo o expediente da direcção;

2.º Lavrar as actas e assiná-las.

Art. 60.º O conselho fiscal compõe-se de três membros efectivos sendo sócios no pleno gozo dos seus direitos.

Art. 61.º O conselho fiscal reúne extraordinariamente quando o julgar necessário.

Art. 62.º Os membros do conselho fiscal são pessoal e solidariamente responsáveis pelos prejuízos que possam advir à cooperativa da sua falta de fiscalização e em especial por actos praticados que excedam o seu mandato ou autorizações especiais da assembleia geral.

Art. 63.º O conselho fiscal é responsável pela vigilância geral dos interesses da cooperativa e compete-lhe: 1.º Assistir ou fazer-se representar por um membro nas reuniões da direcção sempre que se julgar conveniente.

2.º Fiscalizar a Administração da Cooperativa, verificar o estado da Caixa e o julgar necessário, valores confiados à sua guarda, todos os documentos respeitantes a transacções e a escrita geral.

3.º Vigiar o exacto cumprimento da lei geral, estatutos e regulamentos internos da Cooperativa.

4.º Dar parecer sobre o balanço, inventário e relatório apresentado pela direcção.

5.º Comunicar ao presidente da assembleia geral qualquer irregularidade que encontre, assim como pedir a convocação da mesma.

6.º Fazer-se representar na assembleia geral por um dos seus membros.

Art. 64.º Compete ao presidente: 1.º Convocar as reuniões do conselho.

2.º Assinar toda a correspondência do conselho e as actas.

Art. 65.º Compete à comissão de compras: 1.º Discutir, votar ou modificar os relatórios da gerência e parecer do conselho fiscal.

2.º Eleger os corpos gerentes e seus suplentes para os cargos da cooperativa.

3.º Alterar os estatutos em caso extremo, resolver definitivamente qualquer dúvida sobre a sua interpretação e resolver reclamações do conselho fiscal.

4.º Resolver reclamações contra o conselho fiscal.

5.º Revogar os mandatos dos membros da administração quando se verificar irregularidade independente do julgamento criminal.

6.º Aplicar a pena de expulsão aos sócios, quando o julgar conveniente, devendo ter em atenção o exposto no artigo 54.º § 1.º

7.º A assembleia geral é sempre competente para intervir, tratar e resolver todos os assuntos da cooperativa, não contrariando o presente estatuto e legislação em vigor.

Art. 66.º Compete ao presidente: 1.º Convocar a assembleia e dar posse aos novos eleitos.

2.º Corresponder-se com quaisquer entidades sobre assuntos que não sejam da competência da direcção ou do conselho fiscal.

3.º Assinar as actas e convocar as reuniões dos corpos gerentes.

4.º Representar a Cooperativa em todos os actos dos congressos de carácter económico para a qual não haja sido eleito delegado especial.

Art. 67.º No regulamento interno se especificarão as atribuições dos respectivos secretários.

Art. 68.º A direcção é composta de dez membros sendo sócios no pleno gozo dos seus direitos, sendo um presidente, um tesoureiro, um vice-tesoureiro, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo vogais e três suplentes, que desempenharão gratuitamente as suas funções.

Art. 69.º A direcção constitui o poder executivo da Cooperativa, incumbindo-lhe a administração dos seus fundos conforme o estatuto e resoluções legais da assembleia geral, respondendo pessoal e solidariamente por todas as operações effectuadas alheias aos fins da Cooperativa, aos poderes do seu mandato ou às decisões da mesma assembleia.

Art. 70.º A responsabilidade da direcção cessa seis meses depois da aprovação pela assembleia geral, do balanço de contas da gerência, salvo em caso de omissão ou indicações falsas com o fim de dissimular a situação da Cooperativa.

Art. 71.º Na primeira reunião que se realizar na primeira semana de Janeiro, os membros efectivos da administração deverão logo tomar conta dos haveres e pertences da Cooperativa.

Art. 72.º A direcção compete: 1.º Fazer no dia fixado na primeira semana de Janeiro a entrega da gerência;

2.º Fazer-se representar nas assembleias gerais pelo menos por um dos seus membros.

Art. 73.º No regulamento interno se constará todas as atribuições que competem à direcção.

Art. 74.º Compete ao presidente: 1.º Promover a convocação do conselho fiscal e convocar a direcção para as reuniões extraordinárias;

2.º Assinar os títulos nominativos.

sanear a sua exclusão, acto continuo ser-lhe-ão suspensas todas as garantias, e o capital que este tenha realizado sofrerá o desconto de 5 por cento.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. 59.º Todos os empregados para o serviço desta cooperativa são devidamente contratados e os seus vencimentos regulados pelos que estejam estabelecidos no comércio em geral.

Art. 60.º O chefe de escritório deverá ser diplomado com o curso superior do comércio, e os restantes empregados no expediente deverão ter pelo menos cinco annos de prática comercial.

Art. 61.º O chefe de escritório deverá caucionar a sua responsabilidade em valores da dívida pública correspondendo a valor efectivo de 1.000.

Art. 62.º Os restantes empregados deverão apresentar documentos comprovativos da sua identidade.

Art. 63.º Terão preferência os sócios em igualdade de circunstâncias para desempenhar os serviços mencionados nos artigos 60.º e 62.º

Art. 64.º Para os serviços de balcão a admissão dos empregados, será regulada por forma que as suas aptidões sejam devidamente comprovadas.

Art. 65.º Estes empregados caucionarão a sua responsabilidade por fidejussão ou valores que perfazam a quantia arbitrária.

Art. 66.º O regulamento interno será formulado pelos corpos gerentes e submetido à apreciação da assembleia geral, a qual deliberará sobre o assunto e assim todas as vezes que tenha de sofrer qualquer alteração.

Art. 67.º Qualquer omissão nestes estatutos será regulada pela legislação em vigor applicável a estas sociedades.

Art. 68.º A duração da sociedade e por tempo indeterminado, e as suas condições serão reguladas pelos seus estatutos.

Art. 69.º Podem ser reeleitos nos mesmos cargos ou outros os sócios que em qualquer anno tenham exercido funções nos corpos gerentes.

CAPÍTULO IX

Disposições transitórias

Art. 65.º Para a primeira direcção ficam nomeados os seguintes senhores: Presidente, Alfredo Pires Gonçalves; primeiro secretário, Manuel Francisco da Silva; segundo secretário, Raul da Silva Formiga; tesoureiro, Manuel Marques Salgado; vice-tesoureiro, Serafim da Silva; primeiro vogal, Vitor Manuel Guerreiro; segundo vogal, Abílio Correia de Lemos; primeiro suplente, Guilherme dos Santos Monteiro; segundo suplente, Augusto Guimarães; terceiro suplente, David Augusto, ficando com poderes para a convocação da assembleia geral, onde serão eleitos a mesa da assembleia geral e conselho fiscal.

Art. 66.º A primeira assembleia geral será constituída por todos os sócios que hajam pago 1.º no acto da inscrição, conforme preceitos do artigo 8.º, e assim, igualmente, será eleito o conselho fiscal.

Art. 67.º A direcção nomeada para a organização da Cooperativa só tem validade até a data em que legalmente seja eleita a mesa da assembleia geral e conselho fiscal.

Art. 68.º A duração do mandato dos corpos gerentes eleitos nesta assembleia geral findará no dia 31 de Dezembro de 1919. Em tudo o mais prevalecem as disposições de direitos applicáveis.

Cooperativa do Pessoal do Município de Lisboa

Reúne hoje, pelas 13 horas, a assembleia geral, na sede da Cooperativa, com a seguinte Ordem dos Trabalhos: 1.º A apresentação de contas da gerência de 1918; 2.º Eleição dos corpos gerentes para o corrente anno.

1.º Para o cumprimento destas disposições, quando os interesses colectivos assim o exijam, será o caso resolvido por arbitragem, na prazo de quarenta e oito horas.

2.º Os árbitros são aqueles que tenham sido nomeados na assembleia geral em que hajam sido eleitos corpos gerentes.

Art. 66.º O sócio que fizer algum desfalque à Cooperativa, será julgado em assembleia geral, independentemente de procedimento judicial, se assim for julgado conveniente.

Art. 67.º Quando qualquer sócio se atrasar no pagamento de doze prestações para liberação das acções com que haja subscrito, não effectuando a sua liquidação dentro de oito dias, a contar do seu vencimento da última prestação, perde o direito de sócio, revertendo a fundo de reserva as quantias que tenha pago.

Art. 68.º O sócio será convidado pela direcção a satisfazer no prazo indicado as disposições deste artigo.

Art. 69.º O sócio que sair voluntariamente da sociedade não poderá ser readmitido sem que se tenha subscrito com o dobro das acções que possua no acto da sua exoneração.

Art. 70.º Quando qualquer dos associados tenha no exercício das suas funções municipais, praticado actos de que resulte o seu afastamento, por deliberação em sessão camarária, ficará dependente de resolução da assembleia geral, a sua continuidade de associado.

Art. 71.º No caso da assembleia geral

FABRICA ELÉCTRICA

151, 1.º R. da Madalena, 151, 1.º

Tel. C. 3029

Tinturaria a Vapor

MARIA D'ASSUNÇÃO SILVA BRANDO

45, Calçada do Carmo, 47

TELEFONE 2019

Déglaissage à sec

A SEMEITEIRA Publicação mensal de critica e sociologia. — Por assinatura, 1 ano 30 centavos; Avulso, 3 centavos.

Máquinas para entrega imediata

Motores a gás pobre e gasolina. Locomóveis e debulhadoras. Máquinas e caldeiras de vapor. Serras sem-fim e circulares. Máquinas para carpintaria. Moínhos e aparelhos para fabricas de moagem.

Crivos Marot e tararas. Mós francesas de todas as dimensões. Cultivadores e semeadores. Tornos mecânicos, limadores e máquinas de furar.

Acessórios para máquinas, oleos, correias e empanques.

Eduardo Pinto de Sousa & C. L.

74, Rua 24 de Julho, 74-E

LISBOA

Companhia do Papel do Prado

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Sede em Lisboa, na rua dos Fanqueiros, n.º 270 e 276

Juros de obrigações vencíveis em 1 de abril de 1919

PAGAR-SE-ÃO na sede desta Companhia, em todos os dias úteis, de 1 até 15 de abril, das 13 às 15 horas, e depois em todas as terças-feiras, as mesmas horas.

No Porto, este pagamento effectuar-se-á, como de costume, no depósito desta Companhia, rua de Passos Manuel, 49 e 51, no dia 16 de abril e em todas as quartas-feiras seguintes, as horas acima indicadas, devendo os srs. obrigacionistas que ali desejem receber apresentar as respectivas relações no referido depósito, até ao dia 10 de abril.

Lisboa, 27 de março de 1919.

Pela Companhia do Papel do Prado, os directores

Antonio G. Viana de Lemos.

Antonio Centeno.

Procuradoria Confiança

Praça dos Restauradores, 13, 1.º

TELEFONE 3.300 O.